

# REVISTA MARACANAN

## Nota de Pesquisa

### Política e Região: a Bahia da Modernização Conservadora e o primeiro governo estadual de Antonio Carlos Magalhães

*Politics and Region: Bahia of the Conservative Modernization and the first state government of Antonio Carlos Magalhães*

**Priscila Gomes Correa\***

Universidade do Estado da Bahia  
Salvador, Bahia, Brasil

**Aline Farias de Souza\*\***

Secretaria da Educação do Estado da Bahia  
Secretaria Municipal da Educação de Salvador  
Salvador, Bahia, Brasil


**Recebido em:** 15 set. 2020.

**Aprovado em:** 22 out. 2020.




---

\* Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia, Colegiado de História e Programa de Mestrado em História Regional e Local. Doutora e Mestre em História Social e graduada em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: cbcvpgc@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7680-1336>

 <http://lattes.cnpq.br/4985729122542815>

\*\* Professora da Educação Básica da Secretaria da Educação do Estado da Bahia e da Secretaria Municipal da Educação de Salvador. Mestra em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia. E-mail: alinefariassouza@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-3672-5508>

 <http://lattes.cnpq.br/2316942432811279>

## Resumo

O primeiro governo estadual de Antonio Carlos Magalhães (1971-1975) reestruturou a economia da Bahia, através da industrialização do estado, possibilitou o surgimento da política "carlista" e ainda redefiniu o território baiano ao projetar um novo espaço, cujo contorno diferiu da configuração política-administrativa da Bahia de hoje e também da época. Por esses termos, explorando as interfaces teóricas dos campos da história regional e da história política, a presente nota de pesquisa apresenta o processo de construção da região da Bahia da Modernização Conservadora, com foco no primeiro governo estadual de ACM, a partir da noção de região proposta, sobretudo, por Durval Muniz de Albuquerque Júnior e do diálogo entre as fontes governamentais do período e o conceito de modernização conservadora.

**Palavras-chave:** Política. Região. Governo da Bahia. Modernização Conservadora.

## Abstract

The first state government of Antonio Carlos Magalhães (1971-1975) restructured the economy of Bahia, through the industrialization of the state, made possible the emergence of the *carlismo* policy and redefined the bahian territory by designing a new space, whose contour differed from the political-administrative configuration of Bahia today and also of that time. In these terms, exploring the theoretical interfaces of the fields of regional history and political history, this research note presents the construction process of the Bahia region and Conservative Modernization, focusing on the first state government of ACM, based on the region notion proposed, especially, by Durval Muniz de Albuquerque Junior, the dialogue between government sources of the period and the concept of conservative modernization.

**Keywords:** Politics. Region. Government of Bahia. Conservative Modernization.

## Um debate necessário

Na pesquisa histórica, atentar para as dimensões tempo e espaço parece algo óbvio, afinal todo objeto está circunscrito em um determinado período e inserido em certo lugar. Todavia, se considerarmos que espaço, lugar ou região não são categorias imutáveis; que tanto produzem a história quanto podem ser construídos e modificados por ela,<sup>1</sup> uma delimitação espacial está longe de ser algo já posto. E, reconhecer o processo de construção dessas variáveis exige leituras multifacetadas do objeto histórico observado, neste caso uma região, a “Bahia da Modernização Conservadora” sob o governo de Antonio Carlos Magalhães (ACM).

Eis que estamos diante de uma região (Bahia) delimitada tanto por um processo histórico (modernização conservadora) quanto pela orientação política de um modelo de gestão pública (personificado na figura de ACM). Uma equação histórica bastante promissora para refletirmos sobre a relação entre política e região. Recortes da realidade nem sempre observados de maneira articulada, mas que podem definir com mais clareza percursos históricos sedimentados, por vezes naturalizados, como tende a ser a experiência geográfica, popularmente associada à imutabilidade, em oposição ao tempo histórico carregado de transformações.

Cabe, então, historicizar esse objeto com o intuito de melhor compreendê-lo. Como bem observou Antoine Prost, deve-se “construir sua estrutura temporal, espaçada, manipulável, uma vez que, entre as ciências sociais, a dimensão diacrônica é o próprio da história”, considerando em especial seu aspecto político.<sup>2</sup> A política adentra nesta narrativa não só pela tipicidade do tema, geralmente alocado no campo da história política, mas também pela percepção de que a própria historiografia regional demanda essa perspectiva, como um recurso para a apreensão da espessura do tempo que envolve as ações e decisões que definiriam essa região.

Nesse sentido, a proposta do presente nota de pesquisa é discutir teórica e metodologicamente as possibilidades de construção de uma região sendo ela própria um objeto de análise historiográfico. Para tanto, discutiremos o conceito de região, sobretudo aquele abordado pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a partir da maneira como foi construída a Bahia da Modernização Conservadora durante o primeiro governo de Antonio Carlos Magalhães na dissertação da historiadora Aline Farias de Souza, intitulada *Uma*

---

<sup>1</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *História, região e globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 10.

<sup>2</sup> PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 106.

*história da Bahia: a construção do carlismo no primeiro governo estadual de Antonio Carlos Magalhães (1971-1975).*<sup>3</sup>

Assim, a investigação desenvolvida nesta dissertação fornece alguns dados cruciais para que possamos situar o problema da relação entre política e região. Ora por revelar os percursos de uma figura pública decididamente política, ora por percorrer seus discursos e práticas de gestão pública, sobretudo, a sedimentação delas ao longo do tempo. Diversas são as regiões então praticadas: da própria geografia aos marcos administrativos, até os lugares de pertencimento típicos de determinados grupos sociais. Destarte, uma Bahia, pois muitas são as possibilidades – a “Bahia da Modernização Conservadora” foi se gestando entre alguns, ganhando raízes entre outros, mas, sobretudo, revelando ao olhar atento de quem investiga a necessidade de problematização desses múltiplos espaços.

O ponto de partida não será, entretanto, a região, mas aquilo que a pesquisa pode produzir historiograficamente sobre a mesma. Seguimos um percurso como sugerido por José D’Assunção Barros, quando destaca que a região deve ser o ponto de chegada para que o objeto seja então definido como do campo da história regional, pois cabe a quem pesquisa expor os critérios que conduziram a essa delimitação.<sup>4</sup> Ou seja, é uma abordagem historiográfica que se expõe ao longo de sua própria argumentação, revelando-se completa ao final da narrativa.

A noção de região aqui empregada exige, portanto, uma clara definição de seus conteúdos, como veremos na sequência. Antes, porém, cabe voltar ao *locus* político deste estudo, para destacar que este conceito surge aqui integrado a noção de *poder*, como uma dimensão mais ampla, socialmente difusa e difundida, mas fundamental para a compreensão das delimitações possíveis de determinados espaços. Medida que nos remete a uma resenha de Fernand Braudel “No Brasil baiano: o presente explica o passado”, quando o historiador revela como Marvin Harris, em seu livro *Town and Country in Brazil*, “sob o signo da mais estreita objetividade, possa, a esse ponto, desprender-nos do tempo presente e conduzir-nos, como diante de um espetáculo, às fontes – aqui ainda vivas – de uma realidade, de uma civilização urbana passada”.<sup>5</sup>

Aí estão as permanências que tanto animam a longa duração braudeliana, mas especialmente a percepção da “ordem antiga e frágil” que ocupa as diferentes camadas de tempo dessa duração, no mesmo espaço restrito de uma cidade do interior baiano, chamada à época de Minas Velhas, onde as práticas urbanas (guardadas suas proporções locais) agregam as mesmas estruturas de poder das grandes metrópoles. Braudel, precursor da história regional como uma perspectiva de observação a ser construída por quem escreve a história, vislumbra neste trabalho de Harris as camadas de tempo visíveis numa determinada

<sup>3</sup> SOUZA, Aline Farias de. *Uma história da Bahia: a construção do carlismo no primeiro governo de Antonio Carlos Magalhães – ACM (1971-1975)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade Estadual da Bahia, Santo Antonio de Jesus (BA).

<sup>4</sup> BARROS, Jose D’Assunção. O lugar da História Local na expansão dos campos históricos. In: REIS, I. C. F.; OLIVEIRA, A. M. C. *História Regional e Local: discussões e práticas*. Salvador: Quarteto, 2010, p. 233.

<sup>5</sup> BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre História*. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 220.

localidade, em especial através de relações sociais que mantêm vivas suas estruturas arcaicas. Mostrando, ademais, como essas permanências são frutos comuns de práticas recorrentes em outras localidades próximas.

A noção de região começa a ganhar valor significativa quando Braudel aponta a necessidade de expandir as abordagens etnográficas do autor, pois uma cidade seria um bom campo de observação, mas desde que não fosse estudada somente por si e em si mesma, “mas como um testemunho que é preciso restabelecer em planos múltiplos de comparação, tanto no tempo quanto no espaço”.<sup>6</sup> Seria preciso discutir seu passado, e o passado de sua região: “Minas Velhas é um exemplo entre mil outros, desses grandes movimentos que afetam ao mesmo tempo todo o Nordeste brasileiro (cidades e campos) e não apenas o Estado da Bahia”.<sup>7</sup> Vemos, então, a incursão do representante *annaliste* ao tema do regionalismo brasileiro, ao tomar como inspiração as obras de Jorge Amado e Gilberto Freyre e suas representações sobre as diferentes camadas de poder que inoculam as relações sociais na região.<sup>8</sup>

Décadas depois, esse tema ganharia um capítulo crítico fundamental, com o estudo decisivo do historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior, para o qual é significativo atentar para duas importantes questões em relação aos estudos da História Regional: a primeira diz respeito ao uso indiscriminado da palavra região, que geralmente aparece como uma construção natural, a qual pode ser aplicada a qualquer tempo, com pouca ou nenhuma reflexão; e a segunda, em decorrência dessa primeira, é que todo recorte espacial é feito pelo olhar e pela linguagem dos seres humanos, pois, uma região nada tem a ver com a ideia de um lugar pautado apenas por critérios geográficos ou político-administrativos que naturalizam um determinado espaço. Nesse sentido, sua delimitação deve ser feita a partir do objeto de estudo de quem pesquisa, considerando sempre que uma região é produto de uma dada identidade espacial produzida por seres humanos em uma determinada época, portanto, pensar o conceito de região, é pensar o seu conteúdo político: um recorte no espaço produzido por lutas e afrontamentos em torno de distintos interesses.<sup>9</sup>

Albuquerque também considera que a adoção de outras dimensões da realidade histórica, como as atividades econômicas, as relações sociais ou as tradições culturais podem produzir outras regiões no interior de um território político-administrativo já consolidado ou até extrapolar as fronteiras geográficas preestabelecidas. Nesse debate, ele ainda destaca que é preciso ter cuidado para não transpor, de maneira acrítica, um espaço preexistente sem adequação com o tempo e o tema estudados na pesquisa visto que, além de inadequado, por ser anacrônico, significaria dar uma informação histórica equivocada, por isso, ao adotar um

---

<sup>6</sup> BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre História... Op. cit.*, p. 228.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 224.

<sup>8</sup> Braudel foi membro da chamada segunda geração da Escola dos Annales, influente tendência historiográfica francesa do século XX.

<sup>9</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Um quase objeto: algumas reflexões em torno da relação entre história e região. In: LEAL, Maria das Graças de Andrade; FARIAS, Sara Oliveira. *História Regional e Local III: reflexões e práticas no campo da teoria, pesquisa e ensino*. Salvador: EdUNEB, 2015, p. 50, 51.

dados já construído, é necessário considerar sempre seus contornos no tempo que está sendo estudado e não deixar de questioná-los.<sup>10</sup>

Justamente a partir disso que é construída a região da “Bahia da Modernização Conservadora” no primeiro governo estadual de Antonio Carlos Magalhães na dissertação de Aline Farias de Souza. Com base na proposta analítica sugerida por Albuquerque, cujo conceito de região afirma o seu caráter político e nega qualquer forma de naturalização, posto que a mesma pode ser construída por imagens e enunciados que produzem visibilidade e dizibilidade nas quais direcionam olhares, comportamentos e atitudes.<sup>11</sup> E, considerando que uma pesquisa histórica também pode pensar uma região de acordo com o período estudado e o objeto que está sendo analisado desde que explicita os pressupostos dos quais está partindo para defini-la.

### **Percursos do objeto: o primeiro governo de ACM e o projeto de modernização conservadora na Bahia**

Antonio Carlos Magalhães (1927-2007) é daquelas figuras de proa na Bahia que até hoje tem sua memória pulsando com seu nome marcado em ruas, escolas e praças em todo o estado. Sua vida pública começou em 1954 como deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN), com o apoio do seu “padrinho” político Juracy Magalhães. Porém, foi no contexto da ditadura militar que ACM cresceu politicamente visto que, de 1967, quando foi indicado pelo então presidente da República, o general Humberto Castelo Branco, a prefeito de Salvador à 1985 quando se tornou ministro das Comunicações do governo Sarney. Ocupou diferentes cargos na Bahia e no governo federal. Em contexto democrático, foi eleito governador da Bahia pelo voto popular (1991-1994) e duas vezes senador (1994-2001/ 2000-2007).<sup>12</sup>

Nessa trajetória, o primeiro governo estadual de ACM (1971-1975) foi de grande relevância. Ao assumir esse mandato, Antonio Carlos afirmou que daria continuidade a gestão de Luis Viana Filho, porém, ao “seu estilo”, leia-se então: autoritário e agressivo, mas, também “um pai” para seus aliados (na Bahia, ele foi Toninho Malvadeza para uns e Toninho Ternura para outros). E, assim o fez: rompeu com Juracy Magalhães logo no início da gestão, formou seu próprio grupo a medida em que ia adquirindo autonomia política e, ano a ano, foi sedimentando as bases para o que doravante viria a ser o “carlismo” através de um projeto político e econômico já em desenvolvimento pelo governo federal e, em menor dose, pela administração baiana anterior: a modernização conservadora.<sup>13</sup>

<sup>10</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Um quase objeto... *Op. cit.*, p. 50.

<sup>11</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 35.

<sup>12</sup> SOUZA, Aline Farias de. *Uma história da Bahia...* *Op. cit.*, p. 15.

<sup>13</sup> *Idem*. O “carlismo” configura-se como um *modus operandi* em política que transcendeu a figura de ACM e do grupo em seu entorno com as seguintes características e estratégias: valorização da

De fato, foi Antonio Carlos Magalhães, em seu primeiro governo, quem garantiu na Bahia a consolidação da modernização conservadora cujas diretrizes defendiam um sistema de administração pública verticalizado, ágil, centralizado e capaz de atender às demandas de um novo ciclo de desenvolvimento econômico acelerado, concentrador e excludente;<sup>14</sup> assim, ao mesmo tempo em que o governo conseguiu acelerar o crescimento econômico do estado através da industrialização; manteve a sociedade civil organizada afastada de participação política e a população em geral, insuficientemente atendida em seus direitos sociais mais básicos como educação, saúde e moradia.<sup>15</sup>

Todavia, o que se observou foi que projeto de modernização conservadora não se concretizou em todo o estado da Bahia no período destacado e, com isso, diferentes cenários foram sendo produzidos nesse território político-administrativo. Diante dessas circunstâncias, na dissertação *Uma história da Bahia: a construção do carlismo no primeiro governo estadual de Antonio Carlos Magalhães (1971-1975)*, Aline Farias, para analisar o processo de construção do carlismo, construiu uma dada região observando onde o projeto de modernização conservadora foi efetivado.

Assim, se é possível ao historiador ou à historiadora delimitar uma região de acordo com o período estudado e o objeto analisado desde que os pressupostos dos quais está partindo estejam claros; para a configuração da Bahia da Modernização Conservadora, do ponto de vista metodológico, as seguintes questões foram suscitadas: que espaço na Bahia, de fato, sofreu o impacto e, por isso, foi modificado pelo projeto de modernização conservadora? É possível existir dentro de um estado constituído política e administrativamente, regiões diferentes, com delimitações diferentes daquelas preestabelecidas, expressas em documentos? Quais as características da região que pode ser construída?

As respostas aparecem paulatinamente quando se estabelece um diálogo entre as fontes e as noções de região e de modernização conservadora que, a despeito de ter sido um conceito cunhado pelo sociólogo estadunidense Barrington Moore Júnior, em 1975, na dissertação aqui analisada foi compreendido a partir da forma como ele foi utilizado na literatura corrente para interpretar a realidade brasileira e baiana.<sup>16</sup>

---

administração sobre a política; cooptação de indivíduos de outros grupos políticos, por meio do apadrinhamento e do clientelismo; "controle" do partido e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; pragmatismo político; alinhamento com o governo federal sem perder de vista o regionalismo político; realização de grandes obras públicas, discurso de defesa da moralidade e dos "interesses da Bahia"; investimento na indústria do turismo; apropriação da noção de "baianidade"; interseção político-midiática.

<sup>14</sup> FERREIRA, M. G. O Golpe de Estado de 1964 na Bahia. *Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 22, 2004, p. 100.

<sup>15</sup> SOUZA, Aline Farias de. *Uma história da Bahia... Op. cit.*, p. 37.

<sup>16</sup> Destacando, entre outros, os seguintes textos: DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Ed. UFMG; IUPERJ, 2006; FERREIRA, M. G. O Golpe de Estado...*Op. cit.*; PEREIRA, Carla Galvão. *Continuidade ou mudança? Análise comparativa entre os governos de Antônio Carlos Magalhães em 1971-1975 e 1991-1995*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal da Bahia, Salvador; PERLATTO, Fernando. *Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis*. *Revista Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 461-481, dez. 2014; PIRES, Murilo José de Souza. *O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no*

Desse modo, a modernização conservadora pode ser vista, como uma “revolução vinda de cima”: um processo de transformação que concilia elementos políticos conservadores como o autoritarismo, com elementos econômicos do capitalismo industrial, dirigido por uma autoridade política que reprime ou se antecipa aos opositores, ao mesmo tempo em que concilia interesses de grupos modernizantes com os de grupos reacionários, acelerando o crescimento econômico e, aprofundando, ao mesmo tempo, antigas desigualdades sociais. Esta noção, aparentemente paradoxal, representa um conjunto de ações de um Estado moderno que transformou a sociedade sem revolução. Noutras palavras, apesar de haver mudanças no eixo da economia, ela não só permanece dependente, como ainda produz uma sociedade assimétrica. No caso da Bahia, nota-se um processo crescente de industrialização que levou ao desenvolvimento econômico do estado, mas não garantiu a consolidação da democracia, o exercício dos direitos políticos e civis e nem a ampliação dos direitos sociais da população.<sup>17</sup>

O jornalista, Emiliano José, no segundo volume do seu livro *Waldir Pires: biografia*, descreveu da seguinte forma a Bahia que Waldir encontrou quando do seu retorno em 1979:

Chegava a uma nova Bahia, bem diversa da que percorrera durante o período pré-64. Modernização conservadora impulsionada, a passos largos, pela ditadura. Incapaz de enfrentar os desafios da concentração de renda, da miséria que assolava o Estado.

Uma Bahia que, recolhendo o que fora o planejamento do governo de Antônio Balbino, dava passos no rumo da industrialização, com o predomínio das indústrias multinacionais ou de tantas outras, nacionais que fossem vindas do Sul.<sup>18</sup>

Assim, é notável que as estratégias e prioridades do primeiro governo de ACM em confronto com as demandas e necessidades da população produziram um espaço singular que gerou uma nova configuração dentro da então divisão político-administrativa da Bahia, a região da “Bahia da Modernização Conservadora”.

## **Uma metodologia possível: o processo de construção da região da “Bahia da Modernização Conservadora”**

Segundo Aline Farias, a documentação que possibilitou traçar esta Bahia foi analisada a partir da noção de “documento-monumento”, a qual afirma que o documento não é objetivo, nem inocente, também não o é qualquer coisa naturalmente produzida pelo passado, ele é “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o

---

Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 40, n. 3, jul.-set. 2009; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>17</sup> SOUZA, Aline Farias de. *Uma história da Bahia... Op. cit.*, p. 43.

<sup>18</sup> JOSÉ, Emiliano. *Waldir Pires: biografia*. Rio de Janeiro: Versal, 2019, p. 01.



poder”, é uma montagem da época da sociedade na qual foi produzido, mas também das épocas sucessivas que continuou existindo.<sup>19</sup>

Nesse sentido, o exame das fontes exige não só o desmonte da sua aparência e a observação das suas condições de produção, como a sua articulação com as noções de região e modernização conservadora, pois, a delimitação do território surgiu através do diálogo entre os documentos oficiais da época e a teoria sobre região debatida por Albuquerque Junior. Já a análise e caracterização desse novo espaço, foram feitas a partir do cruzamento das fontes de governo com as matérias dos jornais de grande circulação em Salvador naquela época para assim confrontar as prioridades do governo com as demandas da população.

Para tanto, é necessário analisar o que estava exposto na documentação oficial, identificando precisamente a mensagem que se desejava passar e inculcar na sociedade. Não interessa, nesse momento, o subliminar ou o silêncio que tanto nos habituamos a buscar nas documentações oficiais. A ideia mesmo é observar o que foi traçado como prioridade.

Em contrapartida, para o exame dos jornais, observa-se na dissertação analisada, outra abordagem metodológica que, longe de ver os periódicos como uma fonte confirmadora de análises apoiadas em outras documentações, utiliza-os, como dito anteriormente, a fim de confrontá-los com os documentos oficiais. Assim, percebe-se que a autora, além de considerar que os jornais não são um veículo de informações que se pretende neutro, observou também as relações entre os jornais, as instituições políticas e os grupos econômicos e financeiros do estado da Bahia, o vocabulário político-social presente nos textos, seu conteúdo propriamente dito, como foi dito e até mesmo o não dito utilizando-se da noção de Análise do Discurso.

Assim, para a construção da região da Bahia da Modernização Conservadora, os seguintes documentos se revelaram fundamentais, visto que neles foram apresentados os investimentos prioritários do primeiro governo de ACM: *Anuários Estatísticos do Estado da Bahia*, publicação da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, em 1973, correspondente aos anos de 1971/72 e em 1976/77 correspondente aos anos 1973/74/75; *Folhetos*, também publicados pela mesma Secretaria, em 1974, intitulados: “Distrito Industrial de Ilhéus/Bahia”; “Distrito Industrial do São Francisco-Juazeiro/Bahia”; e Distrito Industrial dos Imborés-Vitória da Conquista/Bahia”; o manual *7 Anos que mudaram a Bahia*, 1975; o catálogo *Bahia: constrói o seu futuro sem destruir o seu passado*, editado pelo governo do estado, em 1975; e, os *Planos Diretores* do Distrito Industrial de Jequié e do Distrito Industrial de Itabela, ambos publicados em 1974.

A análise desse conjunto de documentos trouxe à luz um dos principais objetivos de ACM, claramente destacado no catálogo governamental *Bahia: constrói seu futuro sem destruir seu passado*, publicado em 1975: “restaurar o prestígio de outrora e recuperar a posição perdida”,<sup>20</sup> uma clara referência a posição política e econômica de destaque que a Bahia, mais precisamente o Recôncavo Baiano (incluindo Salvador), ocupava no período colonial através da

<sup>19</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996, p. 538.

<sup>20</sup> BAHIA. *Bahia - constrói seu futuro sem destruir o passado*. Salvador: [S. n.], [1975?], p. 5.

exportação do açúcar entre outros produtos cultivados em latifúndios com mão de obra escravizada. Para tanto, a gestão de ACM estabeleceu como prioridade de investimento quatro atividades econômicas: indústria, agropecuária, mineração e turismo.<sup>21</sup>

De maneira resumida, para a industrialização, a ideia central do governo era constituir e consolidar um polo de crescimento na Bahia, através da implantação de indústrias motrizes.<sup>22</sup> Para isto, consolidou o projeto do II Polo Petroquímico do Brasil, na cidade de Camaçari. Para atender as demandas desse novo Polo e do já existente Centro Industrial de Aratu – CIA, foi inaugurado o Porto de Aratu, em 1975, na cidade de Candeias; também em função desse complexo industrial, investiu-se na estrutura urbana de Salvador, avançando, por exemplo, a urbanização da cidade em direção ao Norte.<sup>23</sup>

Para dinamizar o interior, além de criar distritos industriais, o governo instalou toda uma infraestrutura necessária para o seu funcionamento e posterior transformação estrutural do meio em que estavam inseridos os referidos distritos. Assim, os seguintes locais foram definidos como prioritários para a implantação do programa de Distritos Industriais: Vitória da Conquista, Juazeiro, Ilhéus/Itabuna, Jequié e Extremo Sul. Já em Feira de Santana, que já tinha implantado o Centro Industrial Subaé – CIS e o já citado Centro Industrial de Aratu, situado na fronteira com os municípios de Candeias, Lauro de Freitas e Simões Filho; ambos construídos no governo de Luís Viana Filho (1967-1971), a ideia foi expandir o que já estava consolidado.<sup>24</sup>

Em linhas gerais, apresenta-se na dissertação também o programa de *Distritos Industriais* do governo de ACM imbuído das seguintes estratégias e características:

- 1) Era um projeto estratégico para o desenvolvimento industrial do estado;
- 2) Buscava a integração entre agricultura e indústria;
- 3) Propunha a transformação de matérias-primas locais como cacau em Ilhéus, madeira em Itabela/Porto Seguro, mamona em Juazeiro, produtos pecuários em Vitória da Conquista, fruticultura em Jequié;
- 4) Objetivava a localização física de pequenas e médias indústrias;
- 5) Financiou os investimentos do empresariado, ofertando a custos baixos terrenos equipados e concedendo incentivos fiscais, com a redução por cinco anos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICM;
- 6) Forneceu assessoramento técnico e legal, com a elaboração de cartas-consultas, projetos e prestação de serviços tecnológicos, administrativos, contábeis, além de formação e treinamento de mão de obra.<sup>25</sup>

---

<sup>21</sup> Essas prioridades foram identificadas ao longo do primeiro capítulo de: SOUZA, Aline Farias de. *Uma história da Bahia... Op. cit.*

<sup>22</sup> Aquelas capazes de gerar um complexo industrial que, entre outras características, possuíam grande poder de mercado, ao influenciarem os preços dos produtos e dos insumos e, conseqüentemente, a taxa de crescimento das atividades secundárias ligadas a elas.

<sup>23</sup> SOUZA, Aline Farias de. *Uma história da Bahia... Op. cit.*, p. 49.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 52.

No que diz respeito à agropecuária, os propósitos do governo de Antonio Carlos Magalhães estavam voltados, sobretudo, para os produtores rurais mais capazes de mecanizar a produção, uma vez que o objetivo maior do governo era integrar a agricultura à indústria. Dessa forma, o “projeto modernizador” manteve o latifúndio e o atraso tecnológico do pequeno agricultor que, sem condições de acesso às novas tecnologias, necessárias ao desenvolvimento da agroindústria, foi expulso de suas terras transformando-se em mão de obra barata no campo ou em migrante na cidade, em difíceis condições econômicas e sociais.<sup>26</sup>

Na atividade mineradora, adotou-se a mesma lógica da integração com a indústria. Para a consecução desse projeto e atração de empresas interessadas, o governo criou uma infraestrutura que abarcava desde serviços laboratoriais até a concessão de incentivos fiscais e financiamentos. A integração da mineração à indústria mediante estímulos do governo aos donos dos meios de produção, mais uma vez, deu-se em detrimento da força de trabalho.<sup>27</sup>

O turismo também fez parte da modernização do estado da Bahia pelo governo de ACM que, para alavancar esta atividade econômica, investiu em infraestrutura urbana através da construção de hotéis; da edificação de nova estação rodoviária; da reforma do Aeroporto Dois de Julho e sua elevação à categoria de aeroporto internacional; da requalificação do Pelourinho e da complementação e do funcionamento do Sistema Ferry-Boat”. Em termos de alterações urbanísticas tem-se ainda a construção do Centro Administrativo da Bahia (CAB), que carrou para a área Norte o crescimento da cidade, levando ao esvaziamento do centro tradicional de Salvador e a intervenção urbanística do Pelourinho cuja revitalização proposta para o lugar, ao contrário de preservar e valorizar o seu patrimônio histórico e arquitetônico para reinseri-lo na dinâmica da cidade, transformou-o em destino turístico.<sup>28</sup>

Todavia, como bem destacado no texto da dissertação, enquanto a capital se urbanizava com a implantação de moderno sistema viário com a construção das avenidas de vale, continuava enfrentando sérios problemas de moradia, com o surgimento de novas ocupações espontâneas – Saramandaia (1972) e Sussuarana (1973), conhecidas popularmente como invasões; a retirada dos moradores do Pelourinho depois da reforma em 1974 (vale ressaltar que trata-se de parte da população negra e pobre de Salvador) e a permanência da situação calamitosa dos habitantes das palafitas (um tipo de habitação construída sobre a água e o lodo de marinha) em Alagados. No interior, as contradições também se tornaram evidentes, pois:

em alguns dos municípios onde foram implantados os Distritos Industriais, como por exemplo, Juazeiro, Jequié e Vitória da Conquista, em 1975 (último ano do governo ACM), não havia nenhuma escola na zona rural. Nesse mesmo ano, os três municípios tinham uma população no campo que correspondia, respectivamente, a 33,7% - 29,4% - 26,2%. Em outros municípios, a situação era ainda mais grave. Candeias e Camaçari, municípios da microrregião de Salvador, não existiam escolas pré-primárias. Em Feira de Santana, segunda maior cidade da Bahia, a quantidade de escolas particulares nesses três anos superava o

<sup>26</sup> SOUZA, Aline Farias de. *Uma história da Bahia... Op. cit.*, p. 46.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 47.

<sup>28</sup> *Idem*.

número de escolas estaduais e municipais. Nesse cenário, crescia a oferta de emprego, porém não se investia na qualificação da mão de obra.<sup>29</sup>

Afirma-se, ainda, que até o final do governo esses contrassensos continuaram aparecendo. Ao recorrer a um conjunto de jornais do grupo *A Tarde* no início do ano de 1975, Farias mostrou que ao mesmo tempo em que os governos estadual e federal inauguravam a primeira fase do Terminal de Granéis Sólidos do complexo de Aratu, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – CEPED e uma unidade da Ciquine (fábrica do Polo Petroquímico) nas proximidades da cidade de Camaçari; as cidades de Ilhéus, Itabuna e Jequié sofriam com um surto de meningite e a falta de uma vacina para combatê-la, a lavoura de subsistência precisava de maior assistência governamental para baratear o custo de vida e viabilizar o rompimento da dependência da Bahia do mercado exportador sulista, alguns prédios escolares necessitavam ser reformados e as crianças e os adolescentes, em situação de abandono e de vulnerabilidade social, precisavam ser amparados.<sup>30</sup>

A investigação segue, observando-se também que o projeto de modernização conservadora não atingiu todo o estado, sendo assim, foi necessário observar que microrregiões na Bahia, de fato, sofreram o impacto e consequentemente foram modificadas por este projeto, pois, esses locais ao mesmo tempo em que se distinguiram por um crescimento econômico acelerado, principalmente por via da industrialização, dotando-os da capacidade de produzir bens intermediários e de uma urbanização estruturada pelos investimentos em energia, transporte e comunicação; caracterizaram-se também pela ausência de investimentos para o desenvolvimento social de sua população visto que o povo baiano, ao final da sua gestão, continuava alijado dos seus direitos sociais.

## Os contornos da Bahia da Modernização Conservadora

Diante do exposto, foi possível perceber como o modelo de gestão adotado pelo governante e suas escolhas prioritárias foram delineando uma região, pois ao identificar os adiantamentos da gestão de ACM e relacioná-los com o conceito de região novas fronteiras foram surgindo e configurando a “Bahia da Modernização Conservadora” no primeiro governo estadual de ACM. Contudo, foi diante do confronto entre as prioridades de investimentos *versus* as demandas da população; crescimento econômico *versus* desenvolvimento social que, definitivamente, o texto da dissertação aqui observada aponta que outra Bahia foi formada e composta pelas seguintes microrregiões e municípios: Salvador (Salvador, Candeias, Lauro de Freitas, Simões Filho e Camaçari,); Corredoiros do São Francisco (Juazeiro); Planalto de Conquista (Vitória da Conquista); Jequié (Jequié); Cacaueira (Ilhéus e Itabuna); Litorânea do Extremo Sul da Bahia (Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália) e Feira de Santana (Feira de

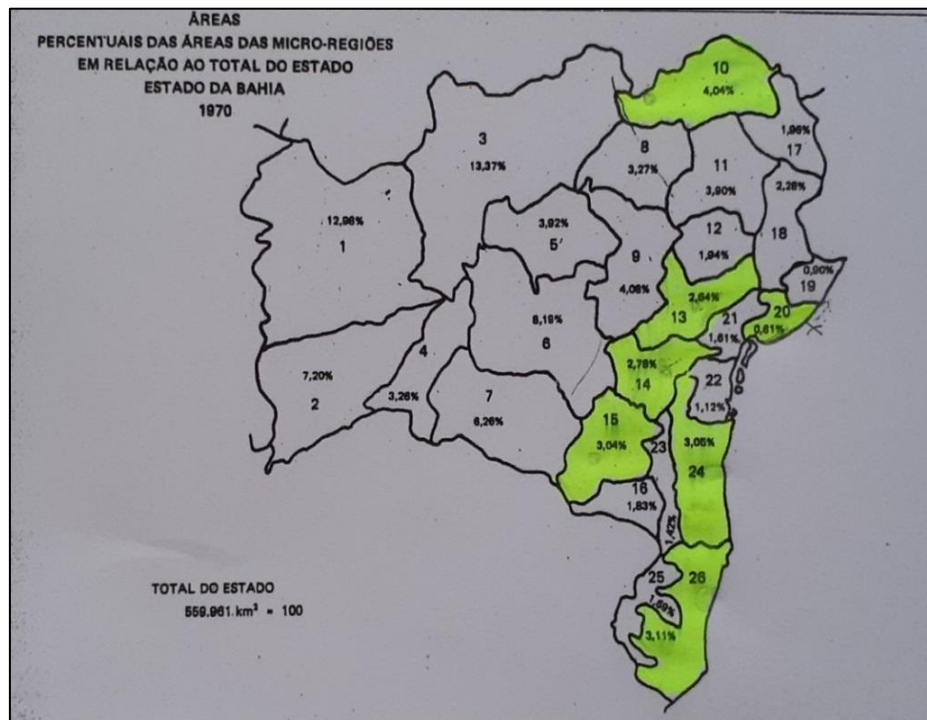
---

<sup>29</sup> SOUZA, Aline Farias de. *Uma história da Bahia... Op. cit.*, p. 55.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 56.

Santana). Nessas circunstâncias, vale lembrar que à época, do ponto de vista político administrativo, o estado da Bahia possuía trezentos e vinte e seis municípios, agrupados em vinte seis microrregiões homogêneas.<sup>31</sup>

**Figura 1** - Possível desenho da região da “Bahia da Modernização Conservadora”.



Fonte: *Anuário Estatístico do Estado da Bahia, 1971-72*. Adaptado pelo autor.

Como se vê, a região da “Bahia da Modernização Conservadora” é marcada por contradições entre o conjunto de prioridades do governo e as demandas da população baiana que na primeira gestão de ACM viu seus direitos políticos e civis serem cerceados e seus direitos sociais como saúde, educação e moradia serem negligenciados. Note que o desenho desta nova região, não abarca todas as microrregiões do estado existentes à época. As fronteiras da “Bahia da Modernização Conservadora” deixaram de fora dos seus limites, por exemplo, a tradicional e histórica microrregião do Recôncavo outrora responsável por grande parte das exportações de açúcar, mas, no governo de ACM não esteve entre as áreas prioritárias. Exceção à regra foi a cidade de Cachoeira, que teve seu centro histórico reformado pelo governo do estado. Mas nem o setor industrial recebeu aplicações governamentais nem a população cachoeirana no geral, foi agraciada com investimentos sociais relevantes.

Assim, o processo de decadência que já havia atingido a região, desde o advento da Petrobrás, e posteriormente, da demarcação da Região Metropolitana de Salvador, selou o seu alijamento do processo de modernização econômica do estado da Bahia neste governo.

<sup>31</sup> SOUZA, Aline Farias de. *Uma história da Bahia...* Op. cit., p. 48, 49.

Estiveram também fora da configuração da “Bahia da Modernização Conservadora” as microrregiões dos Chapadões do Alto Rio Grande e da Chapada Diamantina, áreas que, posteriormente, se destacariam no crescimento econômico do estado da Bahia. Doravante, na primeira microrregião, os municípios de São Desidério, Formosa do Rio Preto e Barreiras seriam os maiores responsáveis pela produção e exportação de soja, algodão e milho, já na segunda, os municípios de Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê e Palmeiras integrariam o Parque Nacional da Chapada Diamantina, criado em 1985, um destino turístico de brasileiros e estrangeiros.<sup>32</sup>

Dessa forma, ao articular história regional, destacada aqui pelas linhas críticas de Durval Albuquerque, com o campo da história política, a qual tanto o tema quanto suas fontes se referem, vimos que o levantamento documental proposto na dissertação, articulado às possibilidades abertas pelo procedimento de construção conceitual conseguiu mostrar que é possível haver uma região, dentro de um estado já constituído política e administrativamente, com delimitações diferentes daquelas preestabelecidas e expressas em documentos oficiais. Eis que no sentido das preliminares sugestões de Braudel, este estudo buscou restabelecer “em planos múltiplos de comparação” a região como objeto construído, como um modelo de experiências contraditórias, em que até mesmo um conjunto de ações concretas executadas por um gestor pode se consolidar como um discurso capaz de criar representações ilusórias. A “Bahia da Modernização Conservadora” foi um local de atuação política, uma vitrine de fato, que agregou pequenos grupos de poder, que difundiu essa Bahia como sendo o todo do estado, ou seja, confundindo-se com suas fronteiras geográfico-administrativas.

---

<sup>32</sup> SOUZA, Aline Farias de. *Uma história da Bahia... Op. cit.*, p. 54.

## Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da História. Bauru, SP: EdUSC, 2007.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Um quase objeto: algumas reflexões em torno da relação entre história e região. In: LEAL, Maria das Graças de Andrade; FARIAS, Sara Oliveira. *História Regional e Local III: reflexões e práticas no campo da teoria, pesquisa e ensino*. Salvador: EdUNEB, 2015.
- BARROS, Jose D'Assunção. O lugar da História Local na expansão dos campos históricos. In: REIS, I. C. F.; OLIVEIRA, A. M. C. *História Regional e Local: discussões e práticas*. Salvador: Quarteto, 2010.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre História*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, autocracia e carisma: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Ed. UFMG; IUPERJ, 2006.
- FERREIRA, M. G. O Golpe de Estado de 1964 na Bahia. *Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 22, 2004.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *História, região e globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- JOSÉ, Emiliano. *Waldir Pires: biografia*. Rio de Janeiro: Versal, 2019.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.
- PEREIRA, Carla Galvão. *Continuidade ou mudança? Análise comparativa entre os governos de Antônio Carlos Magalhães em 1971-1975 e 1991-1995*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- PERLATTO, Fernando. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. *Revista Estudos Políticos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 461-481, dez. 2014.
- PIRES, Murilo José de Souza. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 40, n. 3, jul.-set. 2009.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- SOUZA, Aline Farias de. *Uma história da Bahia: a construção do carlismo no primeiro governo de Antonio Carlos Magalhães – ACM (1971-1975)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade Estadual da Bahia, Santo Antonio de Jesus (BA).

